



**O Protocolo de Transição Agroecológica do estado de São Paulo e sua contribuição como política pública agroecológica**  
*The Agroecological Transition Protocol in the state of São Paulo and its contribution as an agroecological public policy*

PROSDOCIMI, Camila<sup>1</sup> C.; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde<sup>2</sup> F. de

1 Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia - LERA da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, [c203104@dac.unicamp.br](mailto:c203104@dac.unicamp.br); 2 Laboratório de Extensão Rural e Agroecologia - LERA da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, [vanilde@unicamp.br](mailto:vanilde@unicamp.br)

**RESUMO EXPANDIDO**

**Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia**

**Resumo:** A agroecologia promove a transformação do sistema alimentar, a partir do conhecimento científico e popular. A Agroecologia segue diretrizes relativas à preservação e conservação do meio ambiente ao otimizar o uso de recursos e eliminar o uso de insumos químicos. Políticas públicas agroecológicas são fundamentadas no reconhecimento da sua multifuncionalidade e promovem a produção sustentável, integralizam aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, fortalecem o protagonismo social da família agricultora e valorizam os circuitos curtos de comercialização. Em 2016, o estado de São Paulo implementou o Protocolo de Transição Agroecológica. O artigo objetiva apresentar dados relacionados à sua implementação, com a pesquisa bibliográfica em artigos científicos, sites oficiais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a de Meio Ambiente do estado de São Paulo e pesquisa documental. Verificou-se que a política pública é fortalecida com o Certificado e capacitação de extensionistas.

**Palavras-chave:** agroecologia; agricultura familiar; segurança alimentar e nutricional; soberania alimentar.

**Introdução**

Compreendida como ciência, prática e movimento (WEZEL et al., 2009), a Agroecologia tem papel fundamental na promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável, com impacto positivo na agricultura familiar através de práticas sustentáveis que resultam na redução da fome, miséria e promovem a soberania e segurança alimentar e nutricional para a população (AZEVEDO; PELICIONE, 2011).

A Agroecologia possibilita traçar estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, de acordo com as potencialidades locais. Para isso, reúne conceitos, princípios e metodologias para aplicação, análise e desenhos de agroecossistemas. A transição agroecológica não possui um momento final determinado e alia o progresso técnico ao conhecimento científico (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).



Práticas agroecológicas possibilitam o equilíbrio do ecossistema e incremento da produtividade, da biodiversidade e a manutenção da fertilidade do solo sem uso de insumos químicos inorgânicos, contribuindo, desta maneira, para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida, com a manutenção da diversidade biológica e com o incremento da qualidade da água, do solo e do ar (AZEVEDO; PELICIONI, 2011). Além disso, reduz a dependência da família agricultora a recursos externos de alto custo, através da otimização do uso de insumos internos, de sua relação com a sociedade e o meio ambiente (ALTIERI, 2004).

A transição agroecológica modifica o sistema produtivo e promove a transformação em diferentes níveis e escalas (local, regional e nacional; socioecológico e político-institucional) (TITTONELL, 2019). Contudo, para alcançar a transformação do sistema agroalimentar de forma ampla, além da valorização das famílias rurais, é de suma importância o apoio e o incentivo do Estado, por meio de políticas públicas e legislações para que se alcance justiça social, segurança e soberania alimentar (TITTONELL, 2019).

Políticas públicas voltadas às práticas agroecológicas visam reduzir gradativamente a utilização de insumos químicos inorgânicos; diversificar a produção e recuperar a biodiversidade; assim como incentivar a agricultura familiar, ao recuperar o seu protagonismo e proporcionar o redesenho das paisagens.

Com o objetivo de apoiar e viabilizar o processo de transformação do sistema produtivo agrícola convencional para um agroecossistema baseado em princípios agroecológicos, em 2016 foi implementado o Protocolo de Transição Agroecológica do Estado de São Paulo. Sua criação se deu através das Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em conjunto com a Associação de Agricultura Orgânica - AAO e o Instituto Kairós (CODEAGRO, s.d.).

A implementação do Protocolo de Transição Agroecológica (PTA) promove a intensificação dos canais de comercialização, ao estimular a venda direta no comércio local e a inserção de produtos orgânicos em compras públicas, cabendo ao governo apoiar sua realização, monitoramento e análise, através da divulgação dos resultados, a fim de estimular a troca de experiências e de conhecimentos (SÃO PAULO, 2016).

A adesão ao PTA é voluntária e gratuita, individual ou coletiva, compreendendo agricultores e agricultoras familiares em área rural, urbana e periurbana, assentamentos rurais, povos e comunidades tradicionais, entre outros grupos, com o objetivo de inclusão social e igualdade de gênero. A transição ocorre com apoio da assistência técnica e extensão rural (ATER), onde o extensionista auxilia, orienta e acompanha todo o processo de transição agroecológica, que pode levar até cinco anos (CATI, s.d.; RESOLUÇÃO N.1 SAA/SIMA/SJC, 2022).



Em 2022, com o intuito de fortalecer a Agroecologia e a produção orgânica no estado de São Paulo, foi instituído o Certificado de Transição Agroecológica. Este documento, definido em resolução conjunta das Secretarias de Estado de Agricultura e Abastecimento, da Infraestrutura e Meio Ambiente e da Justiça Social e Cidadania, atesta que o produtor está em transição agroecológica. Para tanto, deve seguir diretrizes pré-estabelecidas, e não utilizar insumos químicos inorgânicos e sementes transgênicas na área de transição agroecológica (CATI, s.d.; RESOLUÇÃO N.1 SAA/SIMA/SJC, 2022).

O Certificado tem como objetivo reconhecer as propriedades e os produtores em transição, promovendo desta forma programas especiais, incluindo linhas de crédito e a participação de produtos em transição agroecológica em compras públicas (CATI, s.d.; RESOLUÇÃO N.1 SAA/SIMA/SJC, 2022).

Dado o ineditismo do estado de São Paulo em estabelecer uma política para a transição agroecológica, este trabalho objetiva apresentar dados sobre o Protocolo de Transição Agroecológica, pois ainda há poucas fontes e informações que congreguem esses dados. Neste sentido, pretendemos também dar visibilidade a esta política para possibilitar a sua expansão para outros estados.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa exploratória, através da revisão bibliográfica em artigos científicos e sites oficiais, vinculados à Secretaria da Agricultura e Abastecimento e à Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo e pesquisa documental sobre os resultados obtidos com a implementação do Protocolo de Transição Agroecológica no estado de São Paulo.

## **Resultados e Discussão**

Segundo a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), desde a implementação do Protocolo de Transição Agroecológica, foram criadas trinta equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o apoio à transição agroecológica. Destas equipes, metade é composta por funcionários da CATI e da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, que realizaram a capacitação de mais de 150 técnicos habilitados para atuarem no protocolo (CATI, s.d.).

O número de assistidos no processo de transição agroecológica é de 470 agricultores, com perfil familiar, compostos também por assentamentos e acampamentos rurais, projetos (social/hospital) e urbanos, atendendo uma área de 8.311 hectares. O número de agricultores que possuem o certificado ou a declaração de transição agroecológica é de 147 (CATI, s.d.).



Ter o certificado de transição agroecológica significa que o produtor se encontra de acordo com as diretrizes do processo de transição agroecológica. Possuir a declaração de transição agroecológica atesta que o produtor está em transição, mas ainda não atende um ou mais critérios para receber o certificado, mas que também confere a ele tratamento diferenciado do produtor convencional (RESOLUÇÃO N.1 SAA/SIMA/SJC, 2022).

Mais do que o redesenho do sistema produtivo, a implementação da transição agroecológica envolve transformação ambiental, econômica, social, cultural, ética, institucional e política. Sua prática e manutenção dependem diretamente da inter-relação e interdependência de diferentes níveis e escalas (TITTONELL, 2019).

Movimentos sociais favorecem seu desenvolvimento e avanço gerando a transformação produtiva, bem como sua resiliência. Essa manutenção e permanência, entretanto, depende da força impulsionadora do Estado, através do incentivo às famílias rurais para sua execução e implementação, por meio de políticas públicas. Logo, é de suma importância o apoio político-institucional ao compreender uma escala local, regional e nacional, que possibilite a transformação do sistema agroalimentar como um todo, alinhada às particularidades das comunidades, atingindo desta forma a transformação e a justiça social (TITTONELL, 2019; ANDERSON et al, 2019).

## **Conclusões**

O Protocolo de Transição Agroecológica do estado de São Paulo vem sendo implementado e foi fortalecido com o Certificado e a capacitação de extensionistas. Políticas públicas de incentivo à transição agroecológica são importantes, pois possibilitam transformações em diversos níveis.

Observa-se, portanto, que o fortalecimento do PTA pode ocorrer com incentivo constante do Estado, seja pela inserção de recursos, seja pela facilitação dos processos ao apoiar a extensão rural para atuação na política. A participação das organizações de agricultores, como associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais também se faz importante para a sua adoção, para melhorias e continuidade.

A capacitação de técnicos para a transição agroecológica e a extensão rural são fundamentais para a manutenção da transição agroecológica por meio do Protocolo de Transição Agroecológica.

## **Agradecimentos**

O presente trabalho é realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## **Referências bibliográficas**



ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª edição. p. 65-110. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDERSON, Colin R.; BRUIL, Janneke; CHAPPELL, Michael J.; KISS, Csilla; PIMBERT, Michel P. From transition to domains of transformation: getting to sustainable and just food systems through agroecology. **Sustainability**. Basel, 2019. Disponível em: doi:10.3390/su11195272. Data de acesso: 21 de março. 2023.

AZEVEDO, Elaine.; PELICIONE, Maria Cecília F. Promoção da Saúde, **Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial**. Saúde Soc. São Paulo, São Paulo, v.20, n.3, p.715-729, 2011.

CATI. **Protocolo de Transição Agroecológica**. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/servicos/protocolo-de-transicao-agroecologica#certificado>. Acesso em 13 de julho. 2023.

CAPORAL, Francisco. R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2000.

CODEAGRO. **Introdução - O que é a Transição Agroecológica?** Disponível em: <https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/transicao-agroecologica/introducao>. Data de acesso: 01 de fevereiro. 2022.

RESOLUÇÃO Conjunta SAA/SIMA/SJC N.1, de 15 de fevereiro de 2022. **Institui o Certificado da Transição Agroecológica que visa estimular à Agroecologia e Produção Orgânica no Estado de São Paulo, para o uso sustentável dos recursos naturais e aumento da oferta e consumo de alimentos saudáveis e dá outras providências**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NV5LW4dvtAQdMhiH4-jHV8Xu2whln7go/view>. Acesso em 13 de julho. 2023.

SÃO PAULO. Estado de São Paulo, de 22 de maio de 2016. **Protocolo de Intenções que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio de suas Secretarias do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento; a Associação de Agricultura, e o Instituto Kairós – Ética a Atuação Responsável, para a adoção de ações conjuntas para promover a transição agroecológica e estimular a produção orgânica, contribuindo para o uso sustentável dos recursos naturais e para a oferta e consumo de alimentos saudáveis**. Disponível em: [http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/Protocolo%20SMA\\_SAA\\_AAO\\_Kairo%20assinado.pdf](http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/Protocolo%20SMA_SAA_AAO_Kairo%20assinado.pdf). Data de acesso: 25 de fevereiro. 2022.

TITTONELL, Pablo. Las transiciones agroecológicas: multiplex escalas, niveles y desafíos. **Revista de la facultad de ciencias agrarias**. Cuyo, 2019.

WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane; DORÈ, T.; FRANCIS, Charles A.; VALLOD, Dominique; DAVID, Christophe. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/41699743>. Acesso em: 4 de dezembro. 2022.